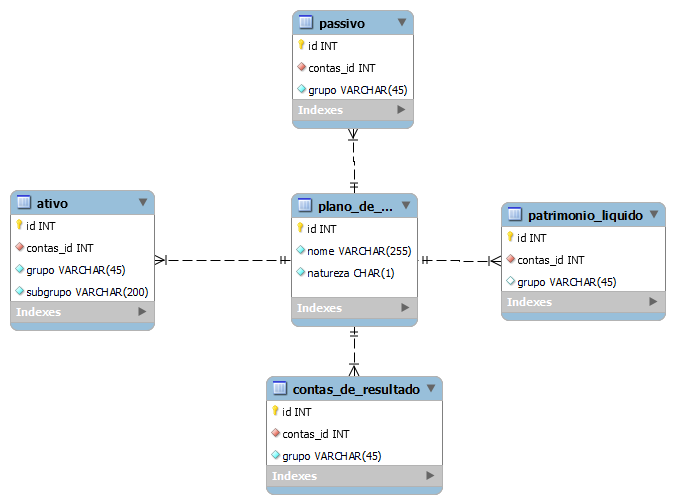
* **Diagrama entidade-relacionamento:**

****

O modelo em questão foi utilizado tendo em vista o funcionamento das contas contábeis e como elas se relacionam entre si. No centro do modelo temos a tabela ‘plano\_de\_contas’ que é onde serão registradas todas as contas a serem utilizadas na utilização do software. Já as tabelas adjacentes (‘ativo’, ‘passivo’, ‘patrimonio\_liquido’ e ‘contas\_de\_resultado’) representam os respectivos grupos aos quais pertencem essas contas. Outro ponto é o de que esse modelo foi escolhido especialmente por conta da proposta do software em si, pois será um software de pesquisas de contas que realizará cálculos matemáticos de acordo com os valores escolhidos pelos usuários durante o uso, o banco de dados será utilizado apelas para a verificação da natureza de do grupo das contas contábeis que serão utilizadas pelos usuários.

* Tabelas:

1. Plano de contas: O plano de contas é um conjunto de contas, diretrizes e normas que disciplina as tarefas do setor de contabilidade. O objetivo do plano de contas é uniformizar os registros contábeis de uma entidade. Para tanto, o plano de contas relaciona todas as contas a serem utilizadas no registro das variações patrimoniais. Nesse ponto, vale destacar que o plano de contas deve ser flexível, permitindo a exclusão ou inclusão de contas, acompanhando a dinâmica das operações da entidade. Além disso, destaca-se que, em geral, cada entidade elabora o seu plano de contas de acordo com suas peculiaridades.
2. Ativo: Compreende os recursos controlados por uma entidade derivados de eventos passados e dos quais se espera que fluam benefícios econômicos ou potencial de serviços futuros à unidade.
3. Passivo: Passivo compreende as obrigações existentes da entidade oriundas de eventos passados de cuja liquidação se espera que resulte em fluxo de saída de recursos que incorporem benefícios econômicos ou serviços em potencial.
4. Patrimônio Líquido: Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.
5. Contas de resultado: representam as receitas e despesas da entidade. As contas de resultado surgem durante o exercício contábil e encerram-se ao final do mesmo exercício. É por meio dessas contas que sabemos se a empresa apresentou lucro ou prejuízo em suas atividades. As contas de resultado são subdivididas em Contas de Despesa e Contas de Receita.

* **Dicionário de dados:**
* Grupos:

1. Ativo Circulante: Grupo do ativo que compreende os ativos que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: sejam caixa ou equivalente de caixa; sejam realizáveis ou mantidos para venda ou consumo dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; sejam realizáveis no curto prazo.

* Subgrupos do Ativo circulante:
* Caixa e equivalentes: Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

* Créditos de curto prazo: Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis no curso do exercício social subsequente

* Tributos a recuperar/compensar: Compreende o somatório dos valores dos tributos a recuperar/compensar

* Outros créditos a receber e valores a curto prazo: Compreende os outros créditos e valores realizáveis no curto prazo, provenientes de direitos obtidos junto a diversos devedores.
* Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo: Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no curto prazo, além das aplicações temporárias em metais preciosos.
* Estoques: Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.
* Despesas pagas antecipadamente: Compreende os pagamentos de despesas pagas antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no curto prazo.

1. Ativo não circulante: Grupo pertencente ao ativo que compreende o ativo não circulante: ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.

* Subgrupos do Ativo não circulante:

* Ativo realizável a longo prazo: Compreende os bens, direitos e despesas antecipadas realizáveis no longo prazo.
* Investimentos: Compreende as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinem a manutenção da atividade da entidade.
* Imobilizado: Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.
* Intangível: Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

1. Passivo Circulante: Grupo pertencente que compreende as obrigações conhecidas e estimadas que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo.
2. Passivo não circulante: Grupo pertencente ao passivo que compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.
3. Capital social: Grupo pertencente ao patrimônio líquido que compreende o capital social da entidade
4. Reserva de capital: Grupo pertencente ao patrimônio líquido que compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como receitas.
5. Reservas de Lucros: Grupo pertencente ao patrimônio líquido que compreende as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades especificas.
6. Receitas: Grupo pertencente ao resultado que representa o resultado positivo de uma entidade ao final do período contábil.
7. Despesas: Grupo pertencente ao resultado que representa o resultado negativo de uma entidade ao final do período contábil.

* Natureza:

1. Debito(D): Representa as contas que aumentam seu valor a cada lançamento a débito.
2. Crédito(C): Representa as contas que aumentam seu valor a cada lançamento a crédito.

* Plano de contas:

As contas serão apresentadas pela tabela adjacente da qual pertencem, seu id na tabela ‘plano\_de\_contas’, seguido de nome e sua descrição:

Obs: Algumas contas possuem nomes de grupos ou subgrupos de alguma espécie pois o usuário pode registrar um lançamento com o valor total daquele grupo ou subgrupo sem utilizar as contas derivadas.

* Contas de ativo:

.

1. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.
2. BANCOS CONTA MOVIMENTO: Registra o somatório das disponibilidades bancárias
3. APLICACOES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA: Compreende as aplicações financeiras de alta liquidez em moeda nacional, que são prontamente conversíveis em valores conhecidos de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.
4. CRÉDITOS A CURTO PRAZO: Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis no curso do exercício social subsequente.
5. CLIENTES (DUPLICATAS A RECEBER): Compreende os valores das faturas/duplicatas a receber decorrentes das vendas a prazo de mercadorias ou serviços que ocorram no curso normal das operações da entidade, representando um direito a cobrar de seus clientes.
6. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS: Compreende o somatório dos valores de empréstimos e financiamentos concedidos por autorizações legais ou vinculações a contratos e acordos
7. AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO: Compreende o ajuste para perdas estimadas com o não recebimento de valores referentes a créditos a curto prazo, por inadimplência de terceiros e outras.
8. ENCARGOS FINANCEIROS (ATIVOS) A APROPRIAR/A VENCER/A TRANSCORRER: Compreende os encargos financeiros estabelecidos em valores prefixados, inclusos como contrapartida nas contas de empréstimo e de financiamento concedido a curto prazo, mas que ainda não transcorreram por não ter ocorrido ainda o fato gerador.
9. DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO: Compreende os valores a receber por demais transações realizáveis no curto prazo.
10. ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS: Compreende as antecipações concedidas à pessoal, tais como antecipações de salários e ordenados, adiantamentos de 13º salário, adiantamentos de ferias e outros, além da entrega de numerário a terceiros sem vinculação específica ao fornecimento de bens ou serviços.
11. TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR: Compreende o somatório dos valores dos tributos a recuperar/compensar.
12. IPI A RECUPERAR/COMPENSAR: Registra o somatório dos valores do IPI a recuperar/compensar.
13. ICMS A RECUPERAR/COMPENSAR: Registra o somatório dos valores de ICMS a recuperar/compensar.
14. IR E CSLL A RECUPERAR/COMPENSAR: Registra o somatório dos valores do IR e da CSLL a recuperar/compensar.
15. OUTROS TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR: Registra o somatório dos valores de outros tributos a recuperar/compensar.
16. ICMS DIFERIDO: Registra os valores do ICMS diferido dos estoques.
17. IR E CSLL DIFERIDOS: Registra a parcela do IR e CSLL que representa a diferença entre os valores de lucro apurados seguindo as normas fiscais e seguindo o regime de competência, quando estes forem menores e as diferenças temporárias.
18. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO: Compreende os outros créditos e valores realizáveis no curto prazo, provenientes de direitos obtidos junto a diversos devedores.
19. ALUGUÉIS A RECEBER: Registra os valores a receber decorrentes de contratos de aluguel.
20. DIVIDENDOS PROPOSTOS A RECEBER: Registra os valores dos dividendos a que a empresa tenha direito, em função de participações em outras empresas, quando tais empresas já tenham registrado na demonstração de lucros ou prejuízos acumulados a parcela de dividendos propostos a distribuir.
21. REMUNERAÇÃO DE DEBÊNTURES A RECEBER: Registra os valores das remunerações de debêntures a receber.
22. TÍTULOS A RECEBER: Compreende os valores a receber a curto prazo representados por notas promissórias, letras de câmbio e outros.
23. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES DE CURTO PRAZO: Registra os valores de outros créditos a receber, para os quais não tenham contas especificas neste subgrupo de contas.
24. AJUSTE DE PERDAS DE DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO: Compreende o ajuste de perdas estimadas com o não recebimento de valores referentes a demais créditos e valores a curto prazo, por inadimplência de terceiros e outras.
25. INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO: Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no curto prazo, além das aplicações temporárias em metais preciosos.
26. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS: Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no curto prazo.
27. AJUSTE DE PERDAS DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS: Compreende a diferença entre o valor recuperável do ativo e seu valor contábil, quando o primeiro for menor.
28. ESTOQUES: Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.
29. MERCADORIAS PARA REVENDA: Compreende todos os produtos adquiridos de terceiros para revenda, que não sofrem nenhum processo de transformação na entidade.
30. PRODUTOS E SERVIÇOS ACABADOS: Compreende os produtos já terminados e oriundos da própria produção da entidade e disponíveis para venda, estocados na fábrica, ou em depósitos, ou em filiais, ou ainda com terceiros em consignação e os serviços acabados.
31. PRODUTOS E SERVIÇOS EM ELABORAÇÃO: Compreende os produtos e serviços em andamento não concluídos na data do balanço.
32. MATÉRIAS-PRIMAS: Compreende o estoque de matérias-primas, que será utilizado no processo produtivo.
33. MATERIAIS EM TRÂNSITO: Compreende o valor dos materiais em processo de transferência para outras unidades da entidade.
34. ALMOXARIFADO: Compreende o valor dos materiais destinados ao consumo interno da unidade.
35. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES: Compreende os adiantamentos efetuados pela entidade a fornecedores, vinculados a compras específicas de materiais que serão incorporados aos estoques quando de seu efetivo recebimento.
36. AJUSTE DE PERDAS DE ESTOQUES: Compreende o registro das perdas conhecidas em estoques e calculadas por estimativa, relativas a estoques deteriorados ou obsoletos e para dar cobertura a diferenças físicas, quando tais perdas não puderem ser baixadas das próprias contas, pelo fato de não estarem identificados os itens específicos e por constituírem estimativas, bem como o registro do ajuste de perdas para os estoques que tiverem o valor de mercado inferior ao seu custo.
37. AJUSTE DE PERDAS PARA REDUÇÃO AO VALOR DE MERCADO: Registra o ajuste de perdas para os estoques que tiverem o valor de mercado inferior ao seu custo.
38. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE: Compreende os pagamentos de despesas pagas antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no curto prazo.
39. PRÊMIOS DE SEGUROS A APROPRIAR: Compreende os valores pagos a título de prêmios de seguro a apropriar.
40. DESPESAS FINANCEIRAS A APROPRIAR/A VENCER/ A TRANSCORRER: Compreende os valores pagos, a título de Despesas financeiras a apropriar.
41. ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIAR: Compreende os valores pagos a título de assinaturas e anuidades a apropriar.
42. ALUGUÉIS PAGOS A APROPRIAR: Compreende os valores pagos a título de assinaturas e anuidades a apropriar.
43. TRIBUTOS PAGOS A APROPRIAR: Compreende os valores pagos a título de tributos a apropriar.

1. DEMAIS DESPESAS A APROPRIAR: Compreende os demais valores pagos a apropriar.
2. CRÉDITOS A LONGO PRAZO: Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos e com vencimento no longo prazo.
3. AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO: Compreende o ajuste de perdas estimadas com o não recebimento de valores referentes a créditos a longo prazo, por inadimplência de terceiros e outras.
4. CLIENTES (DUPLICATAS A RECEBER A LONGO PRAZO): Compreende os valores das faturas/duplicatas a receber decorrentes das vendas a prazo de mercadorias ou serviços que ocorrem no curso normal das operações da entidade (com vencimento após término do exercício seguinte), representando um direito a cobrar de seus clientes.
5. AJUSTE DE PERDAS DE CLIENTES (LONGO PRAZO); Registra o ajuste para cobertura de perdas estimadas na cobrança das contas a receber de clientes.
6. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS (LONGO PRAZO): Compreende o somatório dos valores de empréstimos e financiamentos concedidos a terceiros.
7. AJUSTE DE PERDAS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS(LONGO PRAZO): Registra o ajuste para cobertura de perdas estimadas na cobrança de empréstimos e financiamentos concedidos.
8. DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO: Compreende os valores a receber por demais transações, com vencimento no longo prazo.
9. PARTICIPAÇÕES PERMANENTES: Compreende as participações permanentes da unidade em outras entidades em forma de ações ou cotas.
10. PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS: Registra as participações permanentes da entidade em sociedades controladas, avaliadas por equivalência patrimonial.
11. PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS EM CONJUNTO: Registra as participações permanentes da entidade em sociedades controladas em conjunto, avaliadas por equivalência patrimonial.
12. PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES COLIGADAS: Registra as participações permanentes da entidade em sociedades coligadas, avaliadas por equivalência patrimonial.

1. MAIS-VALIA SOBRE OS ATIVOS DAS INVESTIDAS: Registra a diferença entre o valor do percentual adquirido do valor justo dos ativos líquidos da investida e o valor do percentual adquirido do valor do patrimônio líquido da investida.
2. ÁGIO SOBRE OS INVESTIMENTOS: Registra a diferença entre o valor pago pela participação adquirida e o valor do percentual adquirido do valor justo dos ativos líquidos da investida.
3. ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL: Registra os valores repassados pela entidade, destinados a serem utilizados para aumento de capital.
4. AMORTIZAÇÃO DE ÁGIO NA AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÕES AVALIADAS PELO MEP: Registra as participações permanentes da unidade em outras entidades em forma de ações ou cotas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial - Amortização de Ágio na Aquisição de Participações.
5. PARTICIPAÇÕES AVALIADAS PELO MÉTODO DE CUSTO: Compreende as participações permanentes da unidade em outras sociedades em forma de ações ou cotas, avaliadas pelo método de custo.
6. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO: Compreende a propriedade (terreno ou edifício – ou parte de edifício – ou ambos) mantida (pelo proprietário ou pelo arrendatário em arrendamento financeiro) para auferir aluguel ou para valorização do capital ou para ambas, e não para: uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para finalidades administrativas; ou venda no curso ordinário do negócio.
7. DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES: Compreende os demais direitos de qualquer natureza não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinem a manutenção das atividades da entidade.
8. DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE INVESTIMENTOS: Compreende a diminuição do valor dos elementos do ativo investimento devido a desgaste pelo uso, ação da natureza ou obsolescência, quando couber, como a depreciação das propriedades mantidas para investimento.
9. REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS: Compreende os valores de ajuste ao valor recuperável de investimentos, quando esse for inferior ao valor líquido contábil.
10. BENS MÓVEIS: Compreende o valor da aquisição ou incorporação de bens corpóreos, que tem existência material e que podem ser transportados por movimento próprio ou removidos por forca alheia sem alteração da substancia ou da destinação econômico-social, que constituam meio para a produção de outros bens ou serviços.
11. MÓVEIS E UTENSÍLIOS: Compreende o valor da aquisição ou incorporação de mobiliário em geral e utensílios, entre outros.
12. VEÍCULOS: Compreende o valor da aquisição ou incorporação de meios de transportes aéreos, aquáticos e terrestres, entre outros.
13. BENS IMÓVEIS: Compreende o valor dos bens imóveis, os quais são bens vinculados ao solo e que não podem ser retirados sem destruição ou dano, destinados ao uso e que a entidade não esteja explorando comercialmente.
14. DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS: Compreende a diminuição do valor dos elementos do ativo imobilizado devido a desgaste pelo uso, ação da natureza ou obsolescência, bem como a perda do valor, decorrente de sua exploração, de direitos cujo objeto sejam recursos minerais ou florestais ou bens aplicados nessa exploração e a perda do valor do capital aplicado na aquisição de direitos de propriedade industrial ou comercial e quaisquer outros com existência ou exercício de duração limitada ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado.
15. REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE IMOBILIZADO: Compreende os valores de ajuste ao valor recuperável do imobilizado, quando esse for inferior ao valor líquido contábil.
16. SOFTWARES: Compreende os valores dos softwares pertencentes à entidade e não integrantes a um hardware, englobando os valores referentes à sua construção, implementação e instalação.
17. MARCAS, DIREITOS E PATENTES INDUSTRIAIS: Compreende os valores pertinentes a bens intangíveis, englobando os gastos com registro de marca, nome, invenções próprias, direitos de uso de comunicação e direitos autorais, além de desembolsos a terceiros por contratos de uso de marcas, patentes ou processos de fabricação (tecnologia).
18. DIREITOS AUTORAIS: Registra os valores relativos aos direitos autorais adquiridos pela entidade.
19. DIREITOS SOBRE RECURSOS NATURAIS: Registra os valores relativos aos direitos obtidos por legislação e/ou por compras de direitos de reservas ou de exploração de recursos naturais, tais como jazidas e outros.
20. ADIANTAMENTO PARA TRANFERÊNCIA DE TECNOLOGIA: Registra todos os adiantamentos a fornecedores vinculados a um contrato de transferência de tecnologia. Representam pagamentos por conta de um valor previamente contratado.
21. DIREITO DE USO DE IMÓVEIS: Compreende os valores pertinentes a bens intangíveis representados pela aquisição do direito de uso de imóveis.
22. AMORTIZAÇÃO ACUMULADA: Compreende a diminuição do valor do capital aplicado na aquisição de direitos da propriedade industrial ou comercial e quaisquer outros com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado.
23. REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE INTANGÍVEL: Compreende os valores de ajuste ao valor recuperável do ativo intangível, quando esse for inferior ao valor líquido contábil.

* Contas de passivo:

1. PESSOAL A PAGAR: Compreende as obrigações a curto prazo referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado tenha direito, quando pagos em data posterior a qual forem incorridos
2. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO: Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no curto prazo.
3. JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO: Compreende os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos e financiamentos, reconhecidos pelo regime de competência e pagáveis a curto prazo.
4. DUPLICATAS DESCONTADAS: Compreende a apropriação e movimentação das duplicatas descontadas provenientes do faturamento de vendas de mercadorias ou serviços.
5. ENCARGOS FINANCEIROS (ATIVOS) A APROPRIAR/A VENCER/ A TRANSCORRER: Compreende os encargos financeiros estabelecidos em valores prefixados, inclusos como contrapartida nas contas de empréstimo e de financiamento a curto prazo, mas que ainda não transcorreram por não ter ocorrido ainda o fato gerador.
6. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO: Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, alugueis e todas as outras contas a pagar, com vencimento no curto prazo.
7. OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO: Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no curto prazo.
8. IPI A RECOLHER: Registra o valor das Obrigações Tributárias a Recolher referentes ao Imposto sobre Produtos Industrializados das Unidades Industriais ou com características dessas geradas pelas vendas de produtos industriais e sujeitas a compensação com os créditos adquiridos por compras de matérias primas, em conformidade com a sistemática de apuração deste imposto.
9. IRPJ A RECOLHER: Registra o valor das obrigações a recolher relativas ao Imposto de Renda pessoa Jurídica.
10. PASSIVO FISCAL DIFERIDO: Registra os valores de débitos fiscais de curto prazo relativos a diferenças intertemporais, correspondentes ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSSL), bem como PIS/PASEP e COFINS (Lei n. 9718/98).
11. CSSL A RECOLHER: Registra o valor das Obrigações exigíveis a Curto Prazo relativas a Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas (CSSL).
12. COFINS A RECOLHER: Registra o valor das obrigações exigíveis a curto prazo a recolher relativas à Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS).
13. PIS/PASEP A RECOLHER: Registra o valor das obrigações a recolher relativas ao Programa de Integração Social (PIS) e ao Programa de Formação do Servidor Público (PASEP).
14. ICMS A RECOLHER: Compreende o valor das Obrigações exigíveis em Função das vendas de Mercadorias e Serviços sobre os quais incida Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e prestação de Serviços (ICMS), sujeitos a Compensações com os Créditos obtidos em Compras de Mercadorias e Serviços, conforme sistemática de apuração deste Imposto ou sobre Mercadorias de Terceiros entregues para Depósito.
15. ISS A RECOLHER: Registra o valor das Obrigações junto ao Governo Municipal, relativas ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) em que a própria Unidade seja a prestadora de serviço.
16. IPTU/TLP A RECOLHER: Registra o valor das Obrigações junto ao Governo Municipal, relativas ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e Taxa de Limpeza Pública (TLP).
17. PROVISÕES A CURTO PRAZO: Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no curto prazo.
18. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS A CURTO PRAZO: Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, relacionados a pagamento de reclamações trabalhistas, com probabilidade de ocorrerem no curto prazo.
19. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS A CURTO PRAZO: Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, relacionados ao pagamento de autuações fiscais, com probabilidade de ocorrerem no curto prazo.
20. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS A CURTO PRAZO: Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, relacionados a pagamento de indenizações a fornecedores e clientes, com probabilidade de ocorrerem no curto prazo.
21. OUTRAS PROVISÕES A CURTO PRAZO: Compreende os demais passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no curto prazo, não classificadas anteriormente neste plano de contas.
22. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES: Compreende as antecipações recebidas por operações de fornecimento de bens ou prestação de serviços e que ensejem a devolução da quantia recebida, caso a operação não ocorra.
23. ARRENDAMENTO OPERACIONAL A PAGAR: Compreende as obrigações a curto prazo referentes a arrendamentos mercantis, nos quais não são transferidos ao arrendador os riscos e benefícios inerentes a propriedade, não havendo a possibilidade de opção de compra do bem arrendado.
24. DEBÊNTURES E OUTROS TÍTULOS DE DIVIDA A CURTO PRAZO: Compreende os títulos emitidos pela entidade que conferirão aos seus titulares direito de credito contra ela, nas condições constantes da escritura de emissão do título, com vencimento no curto prazo.
25. ÁGIO NA EMISSÃO DE DEBÊNTURES: Registra os valores de ágio na emissão de debêntures, que são os valores recebidos que supera o de resgate desses títulos recebidos que supera o de resgate desses títulos na data do próprio recebimento ou do valor formalmente atribuído às debêntures.
26. DESÁGIO NA EMISSÃO DE DEBÊNTURES: Registra os valores de deságio na emissão de debêntures, que são os valores recebidos inferiores ao valor de resgate desses títulos na data do próprio recebimento ou do valor formalmente atribuído às debêntures.
27. CUSTO DA TRANSAÇÃO A AMORTIZAR: Registra os custos da transação a amortizar, que são apenas os custos incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução da transação. Exemplo: Taxas e Comissões. Entretanto, não incluem despesas financeiras, custos internos administrativos ou custo de carregamento.
28. DIVIDENDOS A PAGAR: Compreende os dividendos aprovados pela assembleia geral a serem pagos aos acionistas.
29. OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO: Compreende outras obrigações não classificáveis em grupos específicos deste plano de contas, com vencimento no curto prazo.
30. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO: Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, com vencimento no longo prazo.

1. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO: Compreende as obrigações financeiras da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no longo prazo.
2. ENCARGOS FINANCEIROS A APROPRIAR: Compreende os encargos financeiros estabelecidos em valores prefixados, inclusos como contrapartida nas contas de empréstimo e de financiamento a longo prazo, mas que ainda não transcorreram por não ter ocorrido ainda o fato gerador.
3. FORNECEDORES A LONGO PRAZO: Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.
4. OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO: Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no longo prazo.
5. PASSIVO FISCAL DIFERIDO: Registra os valores de débitos fiscais de longo prazo relativos a diferenças intertemporais, correspondentes ao IRPJ e CSSL, bem como PIS/PASEP E COFINS (lei nº 9.718/98).
6. PROVISÕES A LONGO PRAZO: Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo.
7. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS A LONGO PRAZO: Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, relacionados a pagamento de reclamações trabalhistas, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo.
8. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS A LONGO PRAZO: Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, relacionados ao pagamento de autuações fiscais, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo.
9. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS A LONGO PRAZO: Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, relacionados a pagamento de indenizações a fornecedores e clientes, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo.
10. OUTRAS PROVISÕES A LONGO PRAZO: Compreende os demais passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem após o término do exercício seguinte, não classificadas anteriormente neste plano de contas.
11. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES A LONGO PRAZO: Compreende as antecipações recebidas por operações de fornecimento de bens ou prestação de serviços e que ensejem a devolução da quantia recebida, caso a operação não ocorra.
12. DEBÊNTURES E OUTROS TÍTULOS DE DIVIDA A LONGO PRAZO: Compreende os títulos emitidos pela entidade que conferirão aos seus titulares direito de credito contra ela, nas condições constantes da escritura de emissão do título, com vencimento no longo prazo.
13. ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL: Compreende os recursos recebidos pela entidade de seus acionistas ou quotistas destinados a serem utilizados para aumento de capital, quando haja a possibilidade de devolução destes recursos.
14. OUTRAS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO: Compreende outras obrigações não classificáveis em grupos específicos deste plano de contas, com vencimento no longo prazo.
15. RECEITA DIFERIDA: Compreende o valor das receitas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros e que não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da entidade. Compreende também o saldo existente na antiga conta resultado de exercícios futuros em 31 de dezembro de 2008.
16. CUSTO DIFERIDO: Compreende o custo relacionado às receitas diferidas.

* Contas do Patrimônio Líquido:

1. CAPITAL SOCIAL: Compreende o capital social da entidade
2. CAPITAL SUBSCRITO: Compreende o capital fixado no estatuto ou contrato social, para que sócios possam subscrever as ações ou cotas em que divide o capital social. Subscrição é o compromisso para realizar o capital inicial. É o valor que os sócios assumem o compromisso de realizar a título de capital social.
3. CAPITAL A REALIZAR/A INTEGRALIZAR: Compreende a parcela do capital ainda não integralizada pelos proprietários (sócios), permitindo que o valor do capital reflita adequadamente somente o montante que ingressou na empresa.
4. GASTOS COM EMISSÃO DE AÇÕES: Compreende os gastos com emissão de ações.
5. ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL: Compreende os recursos recebidos pela entidade de seus acionistas ou quotistas destinados a serem utilizados para aumento de capital, quando não haja a possibilidade de devolução destes recursos.
6. RESERVAS DE CAPITAL: Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como receitas.
7. ÁGIO NA EMISSÃO DE AÇÕES: Compreende a contribuição do subscritor de ações que ultrapassar o valor nominal e a parte do preço de emissão das ações sem valor nominal que ultrapassar a importância destinada à formação do capital social, inclusive nos casos de conversão em ações de debêntures ou partes beneficiárias.
8. ALIENAÇÃO DE PARTES BENEFICIARIAS: Compreende o produto da alienação de partes beneficiárias.
9. ALIENAÇÃO DE BÔNUS DE SUBSCRIÇÃO: Compreende o produto da alienação de bônus de subscrição.
10. OPÇÕES OUTORGADAS RECONHECIDAS: Compreende o produto da alienação de bônus de subscrição.
11. RESERVAS DE LUCROS: Compreende as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades especificas.
12. RESERVA LEGAL: Compreende os valores das reservas obrigatoriamente constituídas com 5% do lucro líquido do exercício, até atingir o limite de 20% do capital social realizado.
13. RESERVAS ESTATUTÁRIAS: Compreende as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido destinadas a atender finalidades determinadas no estatuto.
14. RESERVA PARA CONTINGÊNCIAS: Compreende as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido destinadas a compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável, cujo valor possa ser estimado.
15. RESERVA DE INCENTIVOS FISCAIS: Compreende a reserva constituída com parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.
16. RESERVAS DE LUCROS PARA EXPANSÃO: Compreende as reservas constituídas com parte do lucro líquido, com o objetivo de atender a projetos de investimento.
17. RESERVA DE LUCROS A REALIZAR: Compreende a reserva constituída com o excesso entre o montante do dividendo obrigatório e a parcela realizada do lucro líquido do exercício.
18. RESERVA DE RETENÇÃO DE PRÊMIO NA EMISSÃO DE DEBÊNTURES: Compreende a parcela do lucro líquido do exercício decorrente do prêmio na emissão de debêntures.
19. LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS(CREDOR): Compreende o saldo dos lucros ou prejuízos líquidos da entidade. (Saldo positivo)
20. LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS(DEVEDOR): Compreende o saldo dos lucros ou prejuízos líquidos da entidade.(Saldo negativo)
21. LUCROS ACUMULADOS (A DESTINAR): Registra o valor dos lucros do exercício pendentes de destinação, até a aprovação da proposta pela assembleia geral.
22. PREJUÍZOS ACUMULADOS: Compreende o saldo dos prejuízos líquidos da entidade.
23. DIVIDENDO ADICIONAL PROPOSTO: Compreende a parcela do dividendo que exceder ao previsto legal ou estatutariamente até a deliberação definitiva que vier a ser tomada pelos sócios. Esse dividendo adicional não se caracteriza como obrigação presente na data do balanço, já que a assembleia dos sócios ou outro órgão competente poderá, não havendo qualquer restrição estatutária ou contratual, deliberar ou não pelo seu pagamento ou por pagamento por valor diferente do proposto, conforme orienta a ICPC 08.
24. AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA: Compreende o valor das ações ou cotas da entidade que foram adquiridas pela própria entidade.
25. AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL(DÉBITO): Compreende as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos pela lei 6.404/76 ou em normas expedidas pela comissão de valores mobiliários, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.
26. AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL(CRÉDITO): Compreende as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos pela lei 6.404/76 ou em normas expedidas pela comissão de valores mobiliários, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.
27. AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES(DÉBITO): Registra o saldo decorrente de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.
28. AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES(CRÉDITO): Registra o saldo decorrente de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

* Contas de resultado

1. RECEITA LÍQUIDA: Em contabilidade (Brasil), designa-se por receita líquida a receita bruta com deduções (contas redutoras).
2. RECEITA BRUTA DE VENDAS: toda a entrada de recursos que condiz com as atividades para as quais a empresa foi constituída, conforme seu contrato social, ou seja, todo **produto da venda de bens e serviços**de uma organização,**antes de qualquer dedução.**
3. RECEITA DE VENDAS DE MERCADORIAS: É a receita recebida por uma empresa com a **venda** de **mercadorias.**
4. RECEITA DE SERVIÇOS PRESTADOS: Receita bruta da atividade de prestação de serviços**compreende o preço do serviço prestado**, não importando a denominação que se dê a esse preço ou a parcelas desse preço.
5. RECEITA DE VENDA DE PRODUTOS: refere-se à receita gerada por qualquer entidade comercial pela **venda** de seus **produtos** ou pela prestação de seus serviços durante o curso normal de suas operações e é relatada anualmente, trimestral ou mensalmente, conforme o caso, na demonstração de resultados / Conta de lucros e perdas da entidade empresarial.
6. DEDUÇÕES DE VENDAS: As devoluções de vendas ocorridas dentro do exercício social. As devoluções de vendas de exercícios anteriores são consideradas como despesas operacionais.
7. VENDAS CANCELADAS: Vendas canceladas são vendas que sequer chegaram a ser realizadas. O comprador desistiu no ato.
8. ABATIMENTOS: Esta conta registra os descontos que são concedidos posteriormente à entrega dos produtos, pelo fato de os produtos apresentarem defeitos de qualidade, quantidade, defeitos do transporte, etc. O abatimento é concedido após a emissão da nota fiscal. Assim, não afeta a base de cálculo dos impostos (IPI, ICMS, PIS e COFINS).
9. DESCONTOS CONCEDIDOS: Descontos concedidos em uma transação.
10. IMPOSTOS SOBRE VENDAS: Principais tributos incidentes sobre a venda: ICMS, ISS, PIS e COFINS.
11. ICMS SOBRE FATURAMENTO: ICMS cobrado sobre o faturamento.
12. IPI SOBRE FATURAMENTO: IPI cobrado sobre faturamento.
13. ISS SOBRE FATURAMENTO: ISS cobrado sobre faturamento.
14. PIS SOBRE FATURAMENTO: PIS cobrado sobre faturamento.
15. COFINS SOBRE FATURAMENTO: COFINS cobrado sobre faturamento.
16. LUCRO BRUTO OPERACIONAL: O lucro bruto operacional é o resultado obtido através da atividade-fim da empresa, que são suas operações.
17. RECEITAS FINANCEIRAS: **Direitos que as empresas têm sobre o valor da venda de produtos ou da prestação de serviços.**
18. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS: consistem principalmente em receitas obtidas através da alienação de ativos fixos não financeiros, indemnizações por perdas e danos, anulação de dívidas em atraso, cancelamento de provisões não utilizadas e receitas de atividades de caráter social.
19. RECEITAS NÃO OPERACIONAIS: São aquelas**decorrentes de transações não incluídas nas atividades principais ou acessórias que constituam objeto da empresa.**
20. RECEITA DE ALIENAÇÃO DE BENS IMOBILIZADOS: Receita obtida pela venda de bens imobilizados.
21. RECEITA COM ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS: Receita obtida através da venda de ativo classificado como Investimento.
22. OUTRAS RECEITAS NÃO OPERACIONAIS: **Receita e despesa obtidas por uma organização empresarial a partir de atividades que não sejam sua principal atividade geradora de receita.**
23. DESPESAS: é o valor gasto para administrar e sustentar o funcionamento da organização, sem que tenha impacto direto no processo de produção. Uma das exigências mais importantes de uma boa gestão empresarial é a correta análise dos gastos organizacionais, o que inclui compreender a diferença entre custo e despesa.
24. CUSTO DE MERCADORIAS VENDIDAS(CMV): é um**indicador financeiro que** calcula o custo das mercadorias vendidas com base não apenas no que foi pago por elas, mas incluindo também os estoques.
25. CUSTO DE SERVIÇOS PRESTADOS: **Registra todos os custos direta ou indiretamente incidentes sobre os serviços.**
26. CUSTO DE MATERIAIS APLICADOS: Custo decorrente da aplicação de materiais em serviços prestados no período.
27. CUSTO MÃO DE OBRA: é todo o valor destinado ao pagamento da força de trabalho de uma empresa. Nessa conta estão incluídos os gastos com benefícios e encargos sociais e trabalhistas,  bem como a própria remuneração paga aos colaboradores. Além dos custos, existem também as despesas relacionadas a essa mão de obra, que pode ser direta ou indireta.
28. CUSTO DE ENCARGOS SOCIAIS:Custo decorrente de encargos sociais sobre salários e ordenados do setor operacional.
29. CUSTO DE PODUTOS VENDIDOS: Representa a baixa efetuada nos estoques por vendas de produtos realizadas no período.
30. CUSTOS DOS MATERIAIS: Custo decorrente da utilização de insumos para fabricação de produtos vendidos no período.
31. CUSTO DE MÃO DE OBRA DIRETA: Custo decorrente da aplicação de mão-de-obra direta no processo produtivo da empresa.
32. DESPESAS OPERACIONAIS: São aquelas pagas ou incorridas com o fito de se vender produtos e administrar a empresa.
33. DESPESA COM VENDAS: São gastos de promoção, colocação e distribuição dos produtos da empresa.
34. DESPESAS ADMINISTRATIVAS: São gastos pagos ou incorridos para a direção e/ou gestão da empresa. Correspondem a atividades gerais que beneficiam todo o negócio.
35. ORDENADOS, SALÁRIOS, GRATIFICAÇÕES E OUTRAS REMUNERAÇÕES À FUNCIONARIOS : Despesa administrativa com remunerações à funcionários.
36. INSS- PREVIDÊNCIA SOCIAL: Despesa administrativa com previdência social.
37. FGTS: Despesa administrativa com FGTS.
38. VALE-TRANSPORTE: Despesa administrativa referente a Vale-transporte.
39. DESPESAS GERAIS: Compreende viagens e representações, materiais auxiliares, donativos e contribuições, serviços profissionais contratados, etc.
40. SERVIÇOS TOMADOS: Despesa referente a contratação de serviços profissionais.
41. ENCARGOS DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO: Reconhecimento de depreciação e amortização sobre bens imobilizados utilizados para atividades em geral, exceto no processo industrial.
42. DESPESAS FINANCEIRAS: Compreende variações cambiais, juros sobre capital próprio, juros incorridos, descontos concedidos, IOF, etc.